



40 11.126/2005, que garante às pessoas com deficiência visual, incluindo cegueira ou baixa
41 visão, o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou
42 privados de uso coletivo. Relatou, ainda, como outro problema grave enfrentado no
43 Município de Criciúma, a instalação de placas em altura inferior à estabelecida pela
44 ABNT NBR 9050, o que ocasiona acidentes, como colisões na cabeça de pessoas com
45 deficiência visual, resultando em fadiga de acesso, tendo em vista que os espaços, tanto
46 públicos quanto privados, não vêm assegurando a acessibilidade de forma adequada.
47 Mencionou, também, a barreira existente quanto à disponibilização de recursos como o
48 braille e os mapas táteis, quando não há orientação prévia sobre sua utilização. Do
49 mesmo modo, abordou a questão dos semáforos sonoros que, embora atualmente
50 estejam desligados, no período em que estiveram em funcionamento não contaram com
51 a devida instrução quanto à forma correta de interpretação de seus sinais. Diante disso,
52 ressaltou a importância de haver orientação adequada para o uso dessas ferramentas,
53 bem como sua correta instalação, de forma clara e funcional, especialmente para aqueles
54 que dependem desses recursos em sua locomoção diária. Francis expôs, ainda, a
55 situação de determinada avenida do Município que se encontrava com os semáforos
56 sonoros em funcionamento inverso, de modo que, ao abrir o sinal para os veículos, era
57 emitido som indicando aos pedestres que realizassem a travessia naquele mesmo
58 momento, configurando uma situação de elevado risco e grande problemática,
59 especialmente para as pessoas com deficiência visual. Na sequência, a Presidente
60 demonstrou interesse em conhecer mais acerca do comitê do qual Francis participa,
61 abrindo-se diálogo entre o convidado e os conselheiros. Nessa oportunidade, foi
62 comunicado acerca da empresa ADIVISUL, atualmente não mais em funcionamento.
63 Contudo, Francis relatou que, em diversas situações, ao adentrar estabelecimentos
64 comerciais, era abordado por pessoas que acreditavam que estaria realizando coleta de
65 valores em nome da referida entidade, situação que, segundo o convidado, não ocorreu
66 apenas com ele. Diante disso, constatou-se que ainda há pessoas solicitando doações em
67 nome da ADIVISUL, o que não corresponde à realidade, tendo em vista que a entidade
68 não se encontra em funcionamento. Informou, ainda, que buscou orientações junto ao
69 Ministério Público acerca das medidas cabíveis a serem adotadas, ocasião em que foi
70 definida a atuação de um interventor, sendo indicada a Associação Catarinense para
71 Integração do Cego, em razão de sua credibilidade institucional. Por fim, destacou seu
72 entendimento de que há pessoas que necessitam de oportunidades para aprender braille,
73 informática e desenvolver sua autonomia. Na sequência, a Conselheira Daniela Patrício
74 Candeo, representante da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, informou que
75 chegou ao seu conhecimento o caso de oito crianças matriculadas na região da AMREC,
76 as quais possuíam deficiência visual. Relatou que estas frequentam regularmente a
77 escola e as salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, contudo, destacou a
78 necessidade da criação de um polo específico para o atendimento de alunos com
79 deficiência visual – AEE/DV. Acrescentou que a ausência de profissionais, aliada à
80 exigência de assinatura, por parte dos pais, de termo de responsabilidade para o



81 comparecimento dos alunos no contraturno escolar, acabava por inviabilizar a
82 implementação do referido espaço, tendo em vista que a maioria dos responsáveis
83 trabalhava e não dispunha de transporte próprio. Diante disso, ressaltou a importância
84 da existência de uma instituição na região voltada ao atendimento de alunos com
85 deficiência visual. Por fim, destacou que, independentemente dessas limitações, os
86 alunos permaneciam matriculados e continuavam sendo atendidos nas salas de aula
87 comuns. Diante disso, foi deliberada pelos conselheiros a necessidade de buscar
88 profissionais capacitados para atuar no atendimento e suporte a essas pessoas,
89 considerando a atual escassez de profissionais qualificados para ensinar e auxiliar
90 adequadamente. Na sequência, o Conselheiro Aires Mondardo (Universidade do
91 Extremo Sul Catarinense – UNESC), retomando brevemente o assunto referente à
92 ADIVISUL, sugeriu a elaboração de ofício a ser encaminhado à Câmara de Dirigentes
93 Lojistas – CDL, com o objetivo de alertar acerca de abordagens relacionadas a possíveis
94 tentativas de golpe, ressaltando a necessidade de orientar os lojistas vinculados à
95 referida instituição para que não realizem quaisquer repasses financeiros a indivíduos
96 que se apresentem em nome da empresa. Sugeriu, ainda, o encaminhamento de ofício
97 tratando da questão referente à instalação de placas em alturas inadequadas, a fim de
98 buscar as devidas adequações. Na sequência, houve momento de diálogo, ocasião em
99 que foram esclarecidas dúvidas entre os conselheiros e os convidados. Ao final, a
100 Presidente agradeceu a presença de todos e destacou que, embora cada pessoa
101 compreenda as necessidades decorrentes de sua deficiência, estas se manifestam de
102 formas distintas, ressaltando, assim, a extrema importância da representatividade de
103 cada membro no âmbito do CODEC. Por fim, Francis manifestou sua gratidão pela
104 recepção e atenção de todos e informou, a partir de sugestão do Conselheiro Danúbio
105 Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC), que os Conselheiros
106 serão convidados a participar da próxima reunião de seu comitê. Após a saída dos
107 convidados, deu-se início ao processo de escolha da Secretária do Conselho.
108 Previamente, o Gerente da Coordenação dos Conselhos, Sr. Volnei de Bona, apresentou
109 as atribuições inerentes aos cargos, oportunizando maior compreensão aos presentes.
110 Em seguida, ocorreu a eleição entre os conselheiros que se dispuseram aos cargos,
111 resultando na escolha do Conselheiro Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de
112 Assistência Social) para a função de primeiro Secretário, bem como da Conselheira
113 Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal da Educação) para o cargo de segunda
114 Secretária. Na continuidade, o Conselheiro Danúbio Alves da Silva Junior (Associação
115 dos Surdos de Criciúma – ASC) levantou questionamento acerca dos custos do
116 Conselho, o que deu ensejo a discussões entre os presentes sobre o tema. Visando ao
117 adequado encaminhamento da matéria, a Presidente propôs o agendamento de reunião
118 com o Prefeito, Sr. Vagner Espíndola Rodrigues, com a finalidade de tratar das despesas
119 e dos critérios relacionados às formações promovidas. Em seguida, os conselheiros
120 dialogaram sobre outros assuntos e casos específicos relacionados à acessibilidade. Na
121 ocasião, a Conselheira Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados do Brasil –



122 OAB) relatou que, anteriormente à reunião, manteve conversa com o Vice-Prefeito de
123 Criciúma, Sr. Salésio Lima, a respeito das placas de sinalização destinadas a pessoas
124 com transtorno do espectro autista, as quais indicam a existência de zona de silêncio.
125 Destacou, contudo, que, por não haver previsão de penalidade, verifica-se elevado
126 descumprimento por parte da população. Diante disso, sugeriu a realização de estudo
127 acerca da Lei Municipal nº 7.824/2020, do Município de Criciúma/SC, que institui
128 medidas de proteção a pessoas com hipersensibilidade sonora, estabelecendo a limitação
129 de emissão de ruídos em um raio de até 200 metros da residência de pessoas com TEA,
130 com o objetivo de promover maior efetividade à sua aplicação. Ao final das pautas, não
131 havendo mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos conselheiros e
132 declarou encerrada a reunião. E eu, Isadora Rabelo Celso, lavrei a presente ata, que,
133 após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

134

135 Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de Assistência Social);

136

137 Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal da Educação);

138

139 Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma – FME);

140

141 Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);

142

143 Daniela Patrício Candeo (Coordenadoria regional de educação – CRE);

144

145 Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional de Emprego);

146

147 Guilherme Vicente de Souza (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade
148 Urbana);

149

150 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação de Pessoas com Deficiência da Região
151 Sul de Santa Catarina – JUDECRI);

152

153 Fabiana Rodrigues Cardoso (Associação dos Pais e Amigos Autistas AMA-REC/SC);

154

155 Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

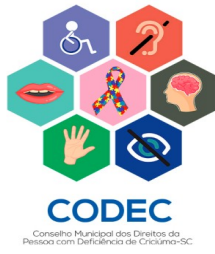
156

157 Stelamaris Giassi de Moraes (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC);

158

159 Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB);

160



161 Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC).